



## **VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA ESCOLA PÚBLICA: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO DA UEFS, BAHIA.**

*GENDER VIOLENCE IN PUBLIC SCHOOL:  
AN EXTENTIONIST EXPERIENCE IN THE UNIVERSITY CONTEXT OF UEFS, BAHIA.*

**Tatiane de Lucena Lima** - Doutora em Educação - Universidade Estadual de Feira de Santana  
- tlucena.ead@gmail.com

**Sônia Lima de Carvalho** - Mestre em Educação Especial - Universidade Estadual de Feira de Santana - sonli50@hotmail.com

**Neide de Assis Santana** - Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano - Universidade Estadual de Feira de Santana - neideassis01@yahoo.com.br

### **RESUMO**

Trata-se de uma experiência de extensão universitária sobre enfrentamento à violência de gênero em uma escola pública de Feira de Santana, Bahia. O Projeto de Extensão foi desenvolvido por alunos e professores da Universidade Estadual de Feira de Santana entre 2017 e 2018, com o objetivo de visibilizar e combater a violência de gênero na escola. A metodologia do projeto envolveu diagnóstico, planejamento, aplicação de entrevistas semiestruturadas, além de intervenção pedagógica por meio de oficinas, palestras, rodas de conversa, enquetes. A aplicação do projeto resultou numa abertura de diálogo sobre a temática, construção de novos paradigmas ideológicos sobre mulheres, empoderamento feminino, violência de gênero, machismo, etc. Também possibilitou o retorno dos resultados da extensão na universidade (grupo de pesquisa, seminários e proposta de novas disciplinas com abordagem de gênero).

**Palavras-chave:** Gênero. Violência. Escola. Extensão universitária.

## ABSTRACT

This is an experience of university extension on confronting gender violence in a public school in Feira de Santana, Bahia. The Extension Project was developed by students and teachers of the State University of Feira de Santana between 2017 and 2018, with the objective of making visible and combating gender violence at school. The project methodology involved diagnosis, planning, application of semi-structured interviews, and pedagogical intervention through workshops, lectures, conversation circles, surveys. The application of the project resulted in an opening of dialogue on the theme, construction of new ideological paradigms about women, female empowerment, gender violence, machismo, etc. It also enabled the return of extension results at the university (research group, seminars and proposal of new disciplines with a gender approach).

**Keywords:** Gender. Violence. School. University extension.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os resultados de uma experiência de enfrentamento à violência de gênero na escola pública Centro de Educação Básica (CEB), vinculada à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), cujo objetivo foi visibilizar e combater a violência de gênero no contexto escolar, contribuindo para discussão da temática com a comunidade escolar e universitária. A extensão universitária é entendida aqui como articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social. Apesar do projeto de extensão intitulado “Trabalhando violência de gênero nas escolas públicas de Feira de Santana, Bahia” ser desenvolvido desde 2013 por pesquisadoras e bolsistas do Grupo Mulieribus (Núcleo de Estudos das Mulheres e Relações de Gênero), da UEFS, foi realizado recorte dos anos de 2017 e 2018, utilizando, para tal artigo, a experiência de uma das unidades escolares investigadas.

Esse projeto se justifica pela crescente onda de violência a qual estamos submetidos atualmente, levando em consideração os cenários global, nacional e local. O Brasil apresenta grave crise de segurança em suas cidades. O município de Feira de Santana, na Bahia, tem elevado índice de criminalidade, um desafio para a comunidade, a família e a escola. Cada vez mais a violência atinge a vida das pessoas tornando-as vulneráveis às situações de riscos, ao medo e à reclusão. O município de Feira de Santana, segunda maior cidade do Estado da Bahia, possui uma área de 1.344 km<sup>2</sup> se caracteriza como cidade de passagem com um dos maiores entroncamentos rodoviário do país é onde ocorre o encontro das BR's 101, 116 e 324, todas elas são fundamentais para a ligação do sul-sudeste com o norte-nordeste. Esse eixo rodoviário foi decisivo no crescimento urbano e econômico da cidade (IBGE, 2018), entretanto, inversamente, favoreceu também o crescimento do crime organizado e da violência em geral.

Entre as violências que assolam o município de Feira de Santana, está a violência de gênero, foco principal da nossa proposta. Segundo o jornal Folha do Estado (2019), seja por falta de orientação ou receio, muitas mulheres vítimas de violência doméstica ainda sofrem em silêncio e a denúncia ainda é considerada um tabu. Mas, apesar do medo de parte das vítimas, a procura pelos serviços de proteção à mulher tem aumentado significativamente em Feira de Santana. Dados registrados pelo Centro de Referência Maria Quitéria (CRMQ), equipamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes) mostram que somente no primeiro mês deste ano de 2019, o órgão registrou trinta e um novos casos de violência contra

mulheres. Por mês, são abertos em média 1.212 processos de violência contra a mulher na Bahia, de acordo com dados do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) e o município de Feira de Santana representa 24% desse montante (FOLHA DO ESTADO, 2019).

Em conformidade com a aplicação da Lei Maria da Penha, sancionada em 7/08/2006 que prevê que os casos de violência doméstica sejam apurados pela polícia, os números, neste de 2019 indicam que, a cada três horas, uma mulher é vítima de violência em Feira de Santana; a maioria dos crimes tem como vítimas mulheres entre 25 e 40 anos. Assim, a agressão contra as mulheres tem aumentado significativamente no município de Feira de Santana, se comparados a anos anteriores (VOZ DA BAHIA, 2019).

Escola, família e comunidade são instâncias indissociáveis quando se busca compreender e intervir em uma determinada situação de violência, especialmente por estar ligada à exclusão social e às relações de gênero, interferindo diretamente no contexto escolar. Por isso, a presente proposta objetiva promover debate em torno da violência de gênero, visto que as expectativas sociais e culturais das masculinidades e feminilidades quando não atendidas geram violência de toda a ordem, conforme dados explicitados anteriormente. Eles apontam a necessidade e a urgência de discutirmos, de forma mais aprofundada as questões de gênero e violência nas escolas, bem como o desenvolvimento de projetos com crianças e adolescentes para a compreensão das diversas formas de violência, incluindo aquelas relacionadas às questões de gênero.

As diretrizes curriculares atuais traçadas pelo governo federal visam a implementação de dispositivos contidos na Lei Maria da Penha e o fortalecimento das ações do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em relação ao Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher. O programa para desigualdade de gênero do Ministério da Educação discute como as práticas escolares interferem na produção e reprodução das relações de gênero construídas pautando-se por relações desiguais de poder e reforçam concepções naturalizadas em torno das masculinidades e feminilidades. Visando intervir de forma propositiva neste processo, avaliamos que é preciso a adoção de práticas educativas que minimizem todas as formas de violência, tendo em vista a igualdade de gênero entre estudantes/adolescentes do município de Feira de Santana, Bahia.

Entendendo ser a escola um espaço social importante de formação dos sujeitos não pode se eximir da responsabilidade que lhe cabe de discutir temas transversais, emergentes e de interesse e repercussão social, como é o caso de violência de gênero. O Centro de Educação Básica - CEB - é uma unidade escolar pública, fundado em 1998 através de um convênio firmado entre a Universidade Estadual de Feira de Santana e a Prefeitura Municipal de Feira de Santana, para atuar no seguimento da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, daí a escolha por essa instituição.

Considerando esse contexto, as questões norteadoras para o desenvolvimento do projeto foram: Como contribuir para a visibilidade e o combate à violência de gênero na escola?; Como sensibilizar a comunidade escolar para a construção de relações equitativas entre os gêneros? Essas inquiuições foram cruciais para o desenvolvimento e a avaliação dos resultados obtidos, à luz do aporte teórico utilizado: Scott (1990), Saffioti (1987), Louro (1997, 2005), Foucault (1985) e Bourdieu (1995), dentre outros.

A metodologia aplicada envolveu diferentes fases: planejamento, diagnóstico, entrevista semiestruturada com alunos/as, professores/as e gestores/as e, a própria intervenção educativa (com a realização de oficinas, palestras, rodas de conversa, construção de mural interativo, mesa redonda, enquetes, análise fílmica) e, por fim, análise e avaliação dos resultados. A avaliação foi processual e qualitativa, através das entrevistas semiestruturadas aplicadas com

alunos/as, professores/as e gestores/as, bem como diversas atividades avaliativas realizadas no cerne das atividades desenvolvidas, que forneceram *feedbacks* pontuais sobre as ações, oportunizando o redirecionamento de novas ações e demandas. Com a pretensão de construir um espaço educativo de ação/reflexão/ação sobre os diversos tipos de violência que envolvem as questões de gênero na contemporaneidade, é que esse projeto se insere na pauta do debate universitário e na interlocução entre instituições e entidades parceiras.

## VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA ESCOLA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

O objeto principal desta pesquisa é a violência de gênero na escola. Para Bandeira (2014) ao eleger o uso da modalidade *violência de gênero*, entende-se que as ações violentas são produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, que têm cenários sociais e históricos não uniformes. A centralidade das ações violentas incide sobre a mulher, quer sejam estas violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos.

Ainda hoje, testemunha-se que as diferenças biológicas e anatômicas marcadas, especialmente, pelos órgãos sexuais distintos do homem e da mulher, aparecem como justificativa fundamental da diferença, dos papéis e *status* social. Deste modo, a essência da dominação masculina se solidifica nos rituais coletivos mecanicamente agregados às práticas culturais. A construção social do sexo legitima o — ser homem e o —ser mulher por meio de suportes simbólicos (significações, práticas, valores) e de espaços reservados (política, religião, arte) e de mecanismos de poder, já que “[...] o corpo biológico socialmente modelado é, assim, um corpo politizado, ou se preferirmos, uma política incorporada [...]”, afirma Bourdieu (1995, p. 156).

No cenário mundial e nacional, esse tipo de discussão, aponta para as relações de poder na sociedade como vetor da violência contra a mulher, as quais constituem a agenda de pesquisa e de debate dos estudos feministas nas últimas décadas. Para Saffioti (1987, p. 38), a hierarquia e a assimetria de poder na sociedade brasileira se intitula como a “[...] ordem do galinheiro”, onde o homem, por ser homem, define quem tem mais e menos poder na sociedade. Desta forma a cultura patriarcal está na origem da violência de gênero.

Compreendo gênero como categoria de análise de fenômenos históricos e sociais que tem sido basilar para as atividades educativas em todas as instâncias e instituições sociais e entendendo gênero como: um “[...] elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [...], conforme afirma Scott (1990, p. 14). Compreende, portanto, as relações assimétricas permeadas pelo poder que exprime-se através das práticas, dos objetos e dos discursos, que são incorporados e se instituem como um princípio universal de concepção de mundo que corroborou para a divisão social desleal do trabalho e estrutura-se, ainda, como uma categoria de construção e de produção do conhecimento cultural e científico.

A historiadora norte-americana Scott (1990, p. 4) ofereceu importante contribuição aos estudos de gênero no âmbito acadêmico, ao conceituar gênero como “[...] uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado [...]”. Seu significado traduz uma forma contemporânea de organizar paradigmas e representações que permitem aos indivíduos se situarem na sociedade, a partir da vivência dos seus corpos sexuados.

A autora coloca que a violência contra as mulheres é tanto maior quanto maiores forem as violações dos direitos humanos do regime em que vivem. Portanto, para cada sociedade as relações sociais estão ligadas a macroviolência de nível sócio político-econômico; a violência contra a mulher é um fenômeno extraclasse, intraclasse, atravessa gerações, culturas e, por-

tanto não é cultura específica de pobres está em todo o mundo, apesar dos inúmeros acordos internacionais e nacionais.

A violência doméstica deve ser assumida por diversos movimentos sociais e entidades, tendo educação como ponto focal da sociedade para o enfrentamento das formas variadas de exploração e discriminação. A implementação da lei Maria da Penha (Lei nº. 11340/2006, especialmente em seu artigo 8º, que faz referência à educação) prevê a implementação de seus dispositivos em todos os âmbitos e níveis da sociedade.

Portanto, entende-se que as reflexões de gênero e violência devem ser discutidas na escola como papel da educação de forma efetiva. O debate no campo da educação em torno das desigualdades, especialmente no que diz respeito à construção das identidades, colocam em evidência as relações de poder. Trata-se, portanto, de problematizar como essas relações se estabelecem socialmente, a partir de quais concepções, e como se tornam naturalizadas em torno das masculinidades e feminilidades (SCOTT, 1994).

As expectativas sociais e culturais depositadas em meninos e meninas, homens e mulheres, quando não atendidas, geram violências de toda a ordem. A escola, como um espaço social importante de formação dos sujeitos, tem um papel primordial a cumprir. Cabe a ela ampliar o conhecimento de seu corpo discente, bem como dos demais sujeitos que por ela transitam (professoras/es, funcionários/as, famílias, etc.). Para que a escola cumpra a contento seu papel é preciso que esteja atenta às situações do cotidiano, ouvindo as demandas dos alunos e alunas, observando e acolhendo seus desejos, inquietações e frustrações. Vivemos, na contemporaneidade, um tempo de rápidas transformações de toda a ordem. A escola não pode se eximir da responsabilidade que lhe cabe de discutir determinados temas, tais como as desigualdades de gênero e a violência contra a mulher, como apontam os PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais. (BRASIL, 1997).

Vale ressaltar, que um dos principais objetivos da escola consiste em ampliar os conhecimentos de seus atores sociais (alunos/as e professores/as), devendo ser um espaço de produção de saber, questionamento e aprofundamento de toda e qualquer questão que seja do interesse dos/as alunos/as. Nesse sentido, qualquer tema que circule no espaço escolar é passível de problematização. Os efeitos dessa construção minuciosa, contínua e quase imperceptível das identidades de gênero e das identidades sexuais podem ser sentidos nas falas das crianças, dos/as professores/as, das famílias, etc., nas atividades propostas, no incentivo ou proibição de determinados comportamentos, nos silêncios, nas formas de olhar e sentir, nas sanções (BRASIL, 1997).

A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas (LOURO, 1997). Foi nesse espaço de construção do saber que se produziram e que se produzem as diferenças e as consequentes marcas que estas conferem às mentes e aos corpos escolarizados. As diferenças se fazem cumprir por diversas questões, incluindo sexo, raça, gênero, etnia, classe e geração.

Os homens e as mulheres são ensinados/as, dia a dia, em nossa sociedade, a serem assim. Por um lado, esta constatação é preocupante, pois nos indica uma sociedade com mecanismos bastante violentos de produção de indivíduos. Dá medo viver numa sociedade que, cotidianamente, coloca em ação estratégias que exigem do homem desempenhos que o produzem enquanto um guerreiro: indivíduo violento, competitivo e agressor. (BRASIL, 2008).

Gênero é, portanto, uma das múltiplas expressões de violência. Segundo a Plataforma da Ação de Pequim, a expressão “violência contra a mulher”

[...] se refere a quaisquer atos de violência, inclusive ameaças, coerção ou outra privação arbitrária de liberdade, que tenham por base o gênero e que resultem ou possam resultar em dano ou sofrimento de natureza física, sexual ou psicológica, e que se produzam na vida pública ou privada. Por conseguinte, a violência contra a mulher pode assumir, entre outras, as seguintes formas: a) a violência: física, sexual e psicológica [...] (1995, p. 189).

Deste modo, depreende-se que a construção social da identidade decorre da forma como o mundo é apresentado e significado, da educação recebida e das experiências culturais acumuladas, isto é, do modo pelo qual o homem e a mulher são reconhecidos pelo grupo e como nele se situam. As tensas relações de gênero são atravessadas pelo poder e dominação que as regulam.

Observados os mecanismos de poder (FOUCAULT, 1985) que circundam não apenas as relações de gênero e seus efeitos instrumentais na vida em sociedade, mas, também outras divisões sociais, como por exemplo, etnia, classe e raça, configuraram-se categorias analíticas de estudos fundamentados nos Estudos Culturais e na Multiculturalidade que, desde os anos 1990, passaram a influenciar políticas de intervenção educativa em todo o mundo. Os estudos culturais constituem uma área de pesquisa que busca examinar as relações de poder e de dominação presentes nos espaços socioculturais. Já o multiculturalismo tem sua raiz na criação e na organização de movimentos “minoritários” que questionavam o pensamento monolítico, de raiz branca, masculina, ocidental e cristã (GADOTTI, 1992) e tornou-se ferramenta de embate à cultura homogênea no campo do ensino.

Nesse quadro de ideias, McLaren explica que

[...] o multiculturalismo crítico compreende a representação de raça, classe e gênero como o resultado de lutas sociais mais amplas sobre os signos e significações e enfatiza [...] a tarefa central de transformar as relações sociais, culturais e institucionais nas quais os significados são gerados” (1997, p. 123).

Neste sentido, o multiculturalismo crítico estabelece estreita relação entre currículo e identidade. É fácil identificar que o conhecimento, a ideologia e, portanto, a cultura dominante, pertencem a um tipo interessado de sujeito que determinou o que é digno de integrar o currículo e construiu as disciplinas e conteúdos escolares a partir de sua própria ótica: a masculina.

Diante de todo o contexto apresentado sobre as representações de gênero através do currículo, consideramos salutar a intensificação dos estudos sobre gênero no campo acadêmico, a fim de contestar o princípio antidemocrático que configurou a construção do conhecimento científico em tempos passados, e ainda nos dias atuais. Neste sentido, Pignaton (1996, p. 11) afirma que os estereótipos de gênero influenciam o desempenho escolar e que a escola contribui para a instauração de papéis sexuais distintos mediante comportamentos que podem ser “[...] punidos e gratificados pela professora, segundo o seu modelo de menino e menina [...]”. Desta forma, sob a autoridade do/a professor/a e reforçada pela linguagem frequentemente sexista de livros didáticos, a escola se encarrega de informar aos meninos e às meninas os arquétipos que devem ser apreendidos conforme modelos assentados no pensamento machista da sociedade androcêntrica, que institui privilégios para os homens e quase nenhum para as mulheres.

Nesta perspectiva, dentre os vários sistemas que utilizam o poder como mecanismo de regulação em relação às identidades sexuais e de gênero está a escola. Ela confere efeitos na educação de meninos e meninas que, por sua vez, “[...] aprendem e incorporam gestos, movimentos, habilidades e sentidos; simultaneamente, eles e elas respondem, reagem, acatam e

rejeitam” (LOURO, 2005, p. 87).

Em relação ao reconhecimento e a aceitação das diferenças entre os sexos, Sapon-Shevin (1999, p. 294) propõe que educadores e educadoras se libertem, e também às crianças, “[...] das visões constrangedoras e estereotipadas do que ‘as meninas podem fazer’ e do que ‘os meninos podem ser’, abrindo assim maiores opções para o crescimento e para o desenvolvimento” de todos/as.

Assim, como educadores e educadoras, precisamos lutar contra a ideologia presente em nosso próprio sistema curricular, na tentativa interessada em implementar, de fato, a inclusão, a justiça e o respeito.

## PERCURSOS METODOLÓGICOS DO PROJETO

O projeto de extensão optou por uma abordagem qualitativa e exploratória, a partir do estudo de caso no Centro de Educação Básica da UEFS (CEB-UEFS), já que discute como temática central a violência de gênero na escola, tendo como objetivo perceber as concepções sobre gênero existentes e avançar na sua compreensão e ampliação, daí não se encaixa outra abordagem que não seja a qualitativa.

Foi realizado um diagnóstico inicial para seleção dos temas junto à comunidade escolar do CEB, no qual foi evidenciada a autonomia da escola em demandar a temática a ser discutida, conforme as necessidades do contexto escolar e social, e por meio de projetos de aprendizagem e planejamento docente.

Em seguida, numa parceria entre escola-comunidade-universidade, e mediante calendário escolar, foi elaborado o planejamento da intervenção extensionista. Para atender a diversidade de estudantes e suas faixas-etária, optamos por diferentes atividades de intervenção pedagógica: oficinas, palestras, mesas redondas, cinema na escola, rodas de conversa, enquetes, construção de mural interativo, etc., cujos resultados serão discutidos na sessão seguinte. Foi aplicada uma entrevista semiestruturada com alunos/as, professores/as e gestores/as com uma amostra de vinte e sete alunos/as e cinco professores/as e gestores/as.

Por fim, fez parte do escopo metodológico, o retorno dos resultados e a avaliação da ação extensionista no grupo de pesquisa Mulheribus (Núcleo de Estudos das Mulheres e Relações de Gênero), proponente do projeto na universidade, com implicações sobre as temáticas abordadas e os resultados obtidos, divulgados através de seminários para a comunidade acadêmica, bem como na elaboração de propostas de novas disciplinas e novos projetos de extensão e de pesquisa. Um dos objetivos foi, justamente, entretecer o debate necessário de temas tão urgentes entre escola, comunidade e universidade e estabelecer um ciclo permanente de ação-reflexão-ação sobre a violência de gênero no âmbito escolar e social.

## AVALIANDO AS IMPLICAÇÕES DO PROJETO NO CEB

Pela necessidade de recorte empírico, serão apresentados aqui os resultados referentes a uma enquete sobre violência contra a mulher, realizada através de um painel interativo, e as entrevistas semiestruturadas aplicadas com estudantes, docentes e gestores/as do Centro de Educação Básica (CEB).

A enquete sobre violência contra a mulher foi realizada em 2018, cujo público alvo era estudantes dos anos finais do ensino fundamental, com faixa etária entre 11 a 15 anos. Participaram da intervenção oitenta e quatro discentes, no universo de trezentos e oitenta e quatro,

cujos resultados serão abordados a seguir.

Quando inquiridos/as se já sofreram algum tipo de violência, a maioria dos/as alunos/as (70%) respondeu que sim. Os resultados demonstram a necessidade de ações educativas na escola e em sociedade em geral, pois na maioria dos casos esses atos são provenientes de familiares e pessoas próximas ao convívio. Na sequência, quando inquiridos/as se conheciam alguém que já sofreu violência, 72% dos/as estudantes informaram que conheciam alguém ou presenciaram violência, sendo que 8% expressaram ser o alvo da violência e apenas 20% se mostraram desconhecidos/as do problema.

Desse modo, percebe-se que a violência, apesar de combatida nas escolas, ainda é algo naturalizado pela cultura e que necessita ser trabalhada com esses/as estudantes a fim de construir/auxiliar na construção de uma sociedade mais pacífica e respeitosa quanto às diferenças. Na perspectiva feminista, a violência de gênero é indissociável da assimetria de relações em que assenta o sistema patriarcal e que tem expressão na própria escola, instância reprodutora dos padrões de dominação de gênero que vigoram no universo extraescolar e local onde ainda se vive a ordem masculina, como vários estudos documentam (QUARESMA, 2010; FONSECA *et al.*, 2003).

No quesito “tipo de violência sofrida ou presenciada”, aproximadamente 23% responderam violência física. A categoria assédio/estupro representa 26,4%, considerado um índice significativo. Foram visibilizadas várias formas de violência como: assédio, estupro, discriminação sexual, *bullying*, violência psicológica, violência física e deficiência. Para expressar o tipo de violência, alguns/mas entrevistados/as escreveram as expressões: “Gostosa!”, “Vou passar a mão na sua bunda”, “Ei, vagabunda!”, “Seu viadinho!”, “Essa sapatona...”, “Essa preta...”. Tal resultado demonstra a necessidade de se trabalhar violência já nesta fase de formação do caráter e personalidade, onde os/as adolescentes estão em processo de construção da sua identidade rumo a uma sociedade igualitária, que não objetifique a mulher e o seu papel social.

Quanto à opinião sobre violência de gênero especificadamente, a maioria (96%) (maioria) foi contra esse tipo de violência, expressaram seu pensamento considerando o direito à liberdade de opinião e de atitudes das pessoas, comentando frases do tipo: “Ninguém tem o direito de violentar ninguém, agredir fisicamente, verbalmente e psicologicamente”, “Sofrimento”, “Forçados a fazer o que não queremos”, “Coisa sem sentido”, “Errado! Temos que viver numa sociedade harmônica”, “Sou homem e acho muito ruim”. Apenas um aluno (3% dos entrevistados/as), naturalizou a prática de violência com o seguinte argumento: “Homens que batem nas mulheres e até em outros homens por serem gays é porque perderam a cabeça”. Há um entendimento de que a violência de gênero tem aumentado de homens contra as mulheres, prioritariamente, e contra a população de lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transsexuais (LGBT).

No Brasil, o programa do governo federal *Brasil sem Homofobia* (2004) estabeleceu diretrizes para o combate à violência e à discriminação, além da promoção da cidadania homossexual (BRASIL, 2004). A população LGBT, devido à não adequação de gênero com o sexo biológico ou à identidade sexual não heteronormativa, tem seus direitos humanos básicos agredidos, e muitas vezes se encontra em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2008).

Na sequência, foi discutido com gestores/as, parceiros/as, grupo de trabalho do Mulheribus/UEFS e apoiados por professores/as interessados na multiplicação deste projeto na escola esses resultados parciais. A sensibilização da gestão escolar foi elemento central para a execução do projeto, possibilitando uma parceria entre escola-comunidade-universidade; construção de novos paradigmas ideológicos sobre mulheres, empoderamento feminino, violência de gênero, machismo, novas masculinidades, diversidade, intolerâncias, por meio das atividades

desenvolvidas e participação efetiva dos/as estudantes ao longo de todo o desenvolvimento do projeto.

Já no segundo semestre de 2018, professores/as, gestores/as e alunos/as, foram convidados/as a responder uma entrevista semiestruturada e foi optado pelo anonimato, pelo respeito e convivência do grupo de execução do projeto no cotidiano escolar e pela relação de confiabilidade, evitando-se constrangimentos. Num sábado letivo, foi aplicada a entrevista, com cinco gestores/as/professores/as e vinte e quatro estudantes. A participação foi voluntária. Os/As estudantes foram convidados/as para participar da pesquisa, assim como os/as professores/as/gestores/as. Para tanto, deveriam se dirigir ao pátio da escola para aplicação da entrevista, totalizando um universo de vinte e nove participantes.

Entre professores/as e gestores/as, quando inquiridos/as sobre as principais contribuições do projeto *Trabalhando violência de gênero na escola para a construção de relações de gênero mais saudáveis entre os gêneros na escola*, destacamos algumas respostas: “Identificação das situações de violência e uma reflexão nas situações cotidianas”; “compreensão de que em relações saudáveis, não devem ter a violência presente”; “combater a violência de gênero”; “superar a visão machista e masculinidade tóxica”; “empoderar as meninas, enriquecendo as discussões realizadas na escola”; “ampliar o debate sobre as questões de gênero”; “empoderar os alunos”; “desenvolver nos alunos e alunas um olhar mais crítico”.

Essas concepções demonstram que os/as profissionais da educação se interessam, de fato, em tornar a pluralidade cultural (gênero, raça/etnia, classe social, etc.) um foco do seu planejamento pedagógico em que habilidades, objetivos, conteúdos e atividades sejam perseguidos e caminhem para tornar legítimo o real, isto é, as diferenças presentes em nossa cultura. Mas, antes é preciso que isso esteja incorporado na *práxis* do/a professor/a como pessoa, para além da sua dimensão profissional. Para Freire (1970, p. 58) a *práxis* se refere “[...] a ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo”, sendo necessário o estabelecimento de vínculo entre o que se faz e o que se pensa acerca do que se faz, ou seja, a teoria na prática.

Percebemos, ainda, que havia uma demanda latente entre professores/as e gestores/as, na discussão desta problemática; alguns/mas com práticas militantes em movimentos sociais, o que facilitou o encontro do projeto com práticas pedagógicas e sociais de profissionais comprometidos/as. No auge da discussão do projeto *Escola Sem-Partido* (2017/2018), movimento conservador e exclusivo de temas transversais nos currículos escolares, Escola e Universidade se dão as mãos de forma diferenciada e socialmente crítica/ativa para minimizar a violência doméstica. Isso porque a escola é uma instituição aberta, que interage permanentemente com as práticas sociais e vice-versa.

A discussão sobre violência de gênero, assim como escola sem partido e tantas outras circunscritas à realidade educacional e social, pode ser abordada via temas transversais no currículo, articulando o conhecimento científico com a vida social. O Conselho Nacional de Educação (CNE) abordou amplamente sobre a transversalidade no Parecer Nº 7, de 7 de abril de 2010:

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. (BRASIL, 2010, p. 24 apud BRASIL, 2019, p. 7).

O trabalho com os temas transversais parte de uma abordagem pedagógica que busca instituir a problematização e o diálogo a partir de perspectivas interdisciplinares para análise de um mesmo objeto/problemática, articulando diferentes saberes, artes, ciências, temas.

Quando questionados sobre as implicações do projeto em relação aos discursos e aos conteúdos ministrados em sala, os/as docentes evidenciaram suas percepções: “o mais interessante que foram os alunos que começaram a tencionar essas discussões em sala e, por conseguinte, a temática se fez presente na sala de aula”, “traz contribuições significativas na formação docente, sensibilizando para olhar e intervir nas questões de violência de gênero na escola, tanto nas aulas, quanto nos projetos”, “Acredito que veio somar ao trabalho que é feito na sala”.

Observamos, portanto, que além da parceria de trabalho entre UEFS e CEB, se desenvolveu uma autonomia de trabalho e de posicionamento crítico e reflexivo na comunidade escolar como um todo, sobre a temática da violência, sobretudo contra a mulher na sociedade e na escola, o que foi revelado na narrativa de uma das professoras: “percebo o empoderamento dos alunos, não apenas em situação de violência”. Notou-se um trabalho mais intensivo da escola sobre as questões que envolvem a violência de gênero, enfatizando realidades vividas e experienciadas na família, na comunidade e na escola.

Quando inquiridos/as sobre as atividades do projeto que impactaram a comunidade escolar, os/as profissionais responderam: as oficinas, enquete, palestras. A metodologia de trabalho das oficinas e enquetes foram destaques na avaliação, pelo potencial problematizador e diagnóstico da realidade, através de suas categorias nativas e pelo potencial de expressar a realidade, conforme destaque nas respostas a seguir: “A pesquisa tira o véu que esconde estas realidades vividas e as famílias”.

A contribuição do projeto para sensibilização da temática na escola resultou numa parceria exitosa entre UEFS e CEB no desenvolvimento do projeto construído pelos/as próprios/as atores/atrizes da escola intitulado *Respeita as Minas* que visa incentivar o protagonismo dos/as alunos/as, com vistas a aproximar a família da escola. Nesse sentido, os/as professores/as e os/as alunos/as da UEFS passaram a dividir mesas redondas com alunos e alunas do CEB, que pesquisavam sobre o assunto em diversas mídias e referências, além de realizarem apresentações artísticas.

Apesar da implementação do projeto, as discussões sobre gênero na escola ainda são consideradas tímidas, embora significativas, com a necessidade de incluir, cada vez mais, os pais e a comunidade, pois o projeto configura um ponto de partida para construção de uma consciência crítica e debate salutar no cenário contemporâneo. A questão do empoderamento feminino tomou corpo e criou também tensões entre gêneros na escola, reações, novos territórios de disputa, exercícios de poder, próprios de intensificação na fase da adolescência.

Muitas narrativas dos/as alunos/as emergiram do cotidiano familiar, comunitário e escolar, sendo as mais comuns: relatos de violência física sofridas por sua mãe e compreensão sobre os direitos da mulher (com fundamentação na Lei Maria da Penha, por exemplo). Nesse sentido, os/as professores/as reconheceram a importância da parceria entre o grupo de pesquisa MULIERIBUS/UEFS e a comunidade escolar do CEB/UEFS.

Quando perguntados/as sobre as dificuldades encontradas no desenvolvimento do projeto foi respondido: “conciliar o tempo dos componentes curriculares com o projeto”, “maior participação das famílias e maior integração ao currículo”, “ampliar a equipe de bolsistas, para melhor continuidade das ações e *feedback* das pesquisas”, “conciliar calendário escolar e disponibilidade das comunidades acadêmicas e escolar”. Ademais, as dificuldades colocadas se configuram como desafios do projeto, da escola, das famílias e da Universidade neste momen-

to histórico de falta de verbas, precarização do trabalho do/a professor/a em todos os níveis, falta de investimento/financiamento do projeto, agregando apenas um bolsista. A negociação de cada passo dado com a escola levou a efeito a flexibilidade da proposta curricular, ajuste de conteúdos, e consolidação e manutenção das parcerias.

Por fim, ao serem perguntados/as sobre a maior aprendizagem adquirida com este projeto na escola, obtivemos muitas respostas satisfatórias, do tipo: “É um tema urgente, imprescindível e possível de ser tratado no ambiente escolar”; “Ao perceber o envolvimento das alunas em trazer relatos cotidianos, bem como dos alunos sobre situações de preconceitos e cotidianos, instigou a maior busca na discussão de gênero e melhorou minha atuação, para o combate à violência e luta pela igualdade de gênero”. Houve, portanto, um movimento de participação de todos/as envolvidos/as, com objetivos alcançados, para estruturar uma educação antissexista rumo à flexibilização dos estereótipos de gênero que deve ser realizada não apenas na escola, mas, sobretudo, nas instituições sociais (LIMA, 2012).

Sobre o tratamento igualitário entre meninas e meninos. A maioria - 86,36% - afirmou que era necessário e urgente, enquanto 4,54% não teve certeza; e menos de 13,63% informou que não. Cerca de 75% dos/as entrevistados/as já participou de alguma atividade do projeto - e o restante, equivalente a 25%, não recorda ou não participou. Foi observado, nesta questão, o empenho de prática de igualdade no tratamento entre os/as alunos/as e a participação crescente no projeto.

Inquiridos/as sobre a contribuição do projeto na mudança de visão em relação a igualdade entre meninos e meninas, os resultados foram satisfatórios: 95% informaram que sim e justificaram da seguinte forma: “porque esclareceu e fortaleceu o que já sabia”, “legal e importante”, “respeito às mulheres”, “mentalidade de igualdade”, “as mulheres foram subestimadas”, “de que somos a mesma espécie, mas divididas em dois masculino e feminino”. Os demais, 5%, informaram não recordar. A ideia de igualdade entre os gêneros foi discutida entre os/as alunos/as, sem resistências e conflitos, observando-se o empoderamento entre as crianças/jovens, visto nas participações, posicionamentos e nas atividades do projeto e na sala de aula. Algumas discussões desse tipo ocorriam durante as intervenções na escola, conforme imagens a seguir (Fig. 1 e 2).

**Figura 1-** Palestra com os/as alunos/as



**Fonte:** Tatiane de Lucena Lima, 2018

**Figura 2-** Aplicação da enquete



**Fonte:** Tatiane de Lucena Lima, 2018

Entende-se a escola como espaço de conflitos, onde se dá violência institucionalizada, mas com capacidade de criar espaços de resistências. Portanto, o grau de confiabilidade de discutir questões sobre violência de gênero na escola, aponta para importância do projeto como espaço de formação e diálogo sobre o assunto. Para Lima,

[...] é possível verificar que na medida em que ocorre a formação, concomitantemente, pode ocorrer o processo de autoformação, com partilhas entre o formador e o sujeito da formação, possibilitando ao formador a reflexão sobre as suas práticas e das questões a elas pertinentes; e ao sujeito da formação o exercício da autonomia e da criticidade (2012, p. 151).

Apesar da amostra de cerca de 20% dos discentes cuja pesquisa foi realizada em um sábado letivo foi possível perceber o aprendizado e as contribuições do projeto na escola, considerando que 79% informaram que foi importante o projeto por que: “passou a conhecer índices sobre violência”, “mudança de visão machista”, “que todo mundo deve ter direitos iguais, e ninguém é melhor que ninguém”, “violência contra mulher tem que ser denunciada”, etc., enquanto que 21% informaram que não recordavam. Desta forma, consideramos significativo, o conhecimento e aprendizagens sobre o assunto, a mudança de comportamento em relação ao outro e a qualidade das participações, inclusive, nas atividades do projeto.

Sobre a percepção da existência e continuidade do projeto na escola, 96% dos/as alunos/as informaram que concordam, apresentando os seguintes argumentos: “pode mudar o jeito como uma pessoa trata a outra”, “pois é bom sempre discutir para manter o assunto vivo, porque ele não pode ser esquecido”, “porque há muitas pessoas ignorantes sobre o assunto”, “é essencial, deveria ter em todas as escolas”, “para mostrar a realidade das mulheres”, “quem não respeita os dois gêneros igualmente aprende a respeitar”, “para conscientizar pessoas para o futuro da escola”, “quebra muitos tabus”, “para criar igualdade”, “muitos alunos que precisam rever os seus conceitos”, “para compartilhar ideias com a família”, “porque tem gente machista e preconceituosa”.

As inquirições foram fundamentais para evidenciar que o projeto pode e deve ampliar suas ações para a família e a comunidade, dando continuidade ao trabalho de discussão sobre a violência de gênero na escola. As disputas entre os gêneros na escola, a desesperança de que outras relações possam ser possíveis na sociedade, a ampliação das ações do projeto são desafios e perspectivas de trabalho nesta escola pública, objeto da ação extensionista, bem como a ampliação para outras escolas, através de parcerias, que viabilizem a continuidade e a permanência do projeto, devido a sua emergência na agenda de pesquisa e debate sobre as relações de gênero na contemporaneidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação do projeto resultou na sensibilização da comunidade escolar sobre os diversos tipos de violência que envolvem as questões de gênero na contemporaneidade, na visibilidade e no estabelecimento de convênio e apoio com a rede de proteção e atenção às mulheres do município de Feira de Santana, especialmente com o COMU (Coletivo de Mulheres de Feira de Santana) como estratégia de viabilidade e sustentabilidade do projeto na cidade. Na escola, o projeto permitiu maior abertura de diálogo sobre as temáticas abordadas nas diversas atividades através do diagnóstico inicial.

A sensibilização da gestão escolar foi elemento central para a execução do projeto, possibilitando uma parceria entre escola-comunidade-universidade; construção de novos paradigmas ideológicos sobre mulheres, empoderamento feminino, violência de gênero, machismo, novas masculinidades, diversidade, intolerâncias, por meio das atividades desenvolvidas e participação efetiva dos/as estudantes ao longo de todo o desenvolvimento do projeto; visibilização dos estudos de gênero e suas relações dentro da universidade quanto ao retorno dos resultados da extensão no grupo de pesquisa, nos seminários e na elaboração da proposta de criação do

curso *Gênero e educação*, bem como da disciplina *Metodologia Científica com enfoque em Gênero e Educação*.

A aplicação desse projeto resultou para a comunidade escolar numa abertura de diálogo sobre as temáticas abordadas nas diversas atividades através do diagnóstico inicial para seleção dos temas, no qual foi evidenciada a autonomia da escola em demandar a temática a ser discutida, conforme as necessidades do contexto escolar e social, e por meio de projetos de aprendizagem e planejamento docente.

A sensibilização da gestão escolar foi elemento central para a execução do projeto, possibilitando uma parceria entre escola-comunidade-universidade; construção de novos paradigmas ideológicos sobre mulheres, empoderamento feminino, violência de gênero, machismo, novas masculinidades, diversidade, intolerâncias, por meio das atividades desenvolvidas e participação efetiva dos/as estudantes ao longo de todo o desenvolvimento do projeto; visibilização dos estudos de gênero e suas relações dentro da universidade quanto ao retorno dos resultados da extensão ao grupo de pesquisa, nos seminários propostos para a comunidade acadêmica, na elaboração de novas propostas, como a criação de um curso de extensão em *Gênero e educação*, e a disciplina *Metodologia Científica com enfoque em Gênero*. Decerto, outras propostas serão agregadas a este projeto de extensão em andamento, tendo em vista a sua transformação como programa fixo, para dar continuidade ao processo de extensão universitária, acolhendo outros projetos de intervenção pedagógica, pesquisa e ensino, de forma irreversível e indissociável.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, n. 2, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922014000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008). Acesso em: 25 jul. 2019.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, jul./dez. 1995.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil sem homofobia**: programa de combate a violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel de indicadores do SUS nº 5**: prevenção de violências e cultura de paz. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. **Rev. Saúde Pública**, n. 42, p. 570-573, 2004.

BRASIL. **Temas contemporâneos transversais na BNCC**: Contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília, 2019.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER. 4., 1995, Pequim. **Declaração e plataforma de ação**. 1995.

FERNANDES, António Teixeira. Trajectos de aquisição do poder no feminino. **Sociologia**, v. 15, p. 55-77. 2005.

FONSECA, Laura *et al.* Silêncios e invisibilidades femininas da e na escola. *In*: CORREIA, José Alberto; MATOS, Manuel. **Violência e violências da e na escola**. Porto: Afrontamento, 2003. p. 103-113.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GADOTTI, Moacir. **Notas sobre a educação multicultural**. *In*: ENCONTRO DOS EDUCADORES NEGROS DO MNU, 1992, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 1992.

IBGE. Dados Demográficos 2010.

LEI nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**.

LIMA, Tatiane de Lucena. **Currículo, gênero e formação**: uma compreensão densa dos atos de currículo do curso de Bacharelado em Gênero e Diversidade da UFBA e suas implicações nas experiências formativas. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21113/1/TESE\\_LIMA\\_REV%20%20JULHO%202012.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21113/1/TESE_LIMA_REV%20%20JULHO%202012.pdf). Acesso em: 25 jul. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. *In*: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: PD&A, 2005. p. 85-92.

MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. São Paulo: Cortez, 1997.

PIGNATON, Andréa S. C. Gênero: questões educacionais: algumas reflexões. Caderno de Produção Acadêmico-Científicas do Programa de Pós-Graduação, Espírito Santo, v. 4, n. 2, p. 9-14, ago. 1996.

PM atende média de oito ocorrências de violência contra a mulher por dia em Feira de Santana. *Voz da Bahia*, 26 mar. 2019. Disponível em: <https://vozdabahia.com.br/pm-atende-media-de-oito-ocorrencias-de-violencia-contr-a-mulher-por-dia-em-feira-de-santana/>. Acesso em: 3 ago. 2019.

QUARESMA, Luisa. Violência escolar e de gênero: vivências e representações sociais discentes. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, n. 20, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAPON-SHEVIN, Mara. Celebrando a diversidade, criando a comunidade: o currículo que honra as diferenças, baseando-se nelas. *In*: STAINBACK, Susan. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p. 288-305.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SCOTT, Jooan. Preface a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

TRIPLICAM casos de violência contra mulher em Feira de Santana. **Folha do Estado**, 10 fev. 2019. Disponível em: <https://www.jornalfolhadoestado.com/noticias/88878/triplicam-casos-de-viol%EF%BF%BDncia-contra-mulher-em-feira-de-santana>. Acesso em: 3 ago. 2019.

**Data de recebimento:** 24 de setembro de 2019.

**Data de aceite para publicação:** 12 de novembro de 2019.